

A REVOLUÇÃO PARA IMPLANTAR A REPÚBLICA NO BRASIL NA OPINIÃO DE FRANCISCO CUNHA

La révolution pour établir la république au Brésil selon Francisco Cunha
La revolución para instaurar la república en Brasil en la opinión de Francisco Cunha

Dievani Lopes Vital¹

Resumo: Decorrente da investigação sobre as inspirações francesas da “via revolucionária”, cogitada por membros do movimento republicano entre 1869 e 1889 para substituir a Monarquia brasileira, o trabalho apresentado demonstra a inserção do letrado gaúcho Francisco Cunha no debate político dos anos de 1870. Através das páginas d’ *A República*, seus discursos sustentam que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos signatários do *Manifesto do Centro Liberal*, não colocava um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Muito menos a solução reformista pacífica reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de dezembro de 1870. Os discursos na imprensa apontam que opção pela via revolucionária disruptiva radical para solucionar a “questão do regime” no Império do Brasil, permaneceu como um campo em aberto, para além das estratégias traçadas e dos marcos cronológicos assinalados pelos documentos políticos mencionados.

Palavras-chave: Francisco Cunha; República no Brasil; França; Revolução.

Résumé: Fruit d’une enquête sur les inspirations françaises de la “voie révolutionnaire”, envisagée par les membres du mouvement républicain entre 1869 et 1889 pour remplacer la monarchie brésilienne, l’ouvrage présenté démontre l’insertion du gaúcho érudit Francisco Cunha dans le débat politique des années 1870. À travers les pages de *A República*, ses discours soutiennent que l’option de la “réforme”, voulue par les libéraux historiques signataires du Manifeste du Centre libéral, n’a pas mis fin de manière décisive à l’option d’une solution non conventionnelle à la crise politique vécue à l’époque. Et encore moins la solution réformiste pacifique réclamée par les républicains historiques, signataires du Manifeste républicain du 3 décembre 1870. Les discours dans la presse indiquent que l’option pour la voie révolutionnaire radicale et disruptive pour résoudre la “question du régime” dans l’Empire du Brésil restait un champ ouvert, au-delà des stratégies esquissées et des jalons chronologiques indiqués par les documents politiques susmentionnés.

Mots clés: Francisco Cunha; République au Brésil; France; Révolution.

¹ Licenciado (2013) e Mestre (2015) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor (2022) na área pela mesma instituição, na Linha de Pesquisa "Poder, Mercado e Trabalho", com período sanduiche na Université Paris 8/ Vincennes-Saint-Denis.

Resumen: A partir de la investigación sobre las inspiraciones francesas de la “vía revolucionaria”, considerada por los miembros del movimiento republicano entre 1869 y 1889 para sustituir la monarquía brasileña, el trabajo presentado muestra la inserción del literato gaucho Francisco Cunha en el debate político de la década de 1870. A través de las páginas de *A República*, sus discursos sostienen que la opción por la “reforma”, pretendida por los liberales históricos signatarios del Manifiesto del Centro Liberal, no ponía punto final a la opción por una salida no convencional a la crisis política vivida en el período. Mucho menos la solución reformista pacífica reivindicada por los republicanos históricos, signatarios del Manifiesto Republicano del 3 de diciembre de 1870. Los discursos en la prensa señalan que la opción por la vía revolucionaria disruptiva radical para resolver la “cuestión del régimen” en el Imperio de Brasil permaneció como un campo abierto, más allá de las estrategias trazadas y los hitos cronológicos señalados por los documentos políticos mencionados.

Palabras clave: Francisco Cunha; República en Brasil; Francia; Revolución.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA VOZ LIBERAL DISSIDENTE E RADICALIZADA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Francisco Xavier da Cunha nasceu em 1835, na cidade de Porto Alegre. Juntamente com Félix da Cunha era filho de Maria Quitéria de Castro e Cunha com o brigadeiro imperial homônimo seu, o qual foi comandante legalista durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) e pereceu em combate, quando o filho tinha apenas quatro anos. A família guardava estreitos vínculos com autoridades do Império. O próprio Francisco Cunha teve por padrinho de Crisma o Imperador D. Pedro II, quando este esteve em visita ao Rio Grande do Sul, em 1845, por ocasião do término da guerra civil na província. No ano seguinte, aos 10 anos de idade, ele entrou para o 2º regimento (Martins, 1978, p. 172).

Em 1853 sentou praça no Exército imperial na condição de soldado. Dois anos após recebeu os galões de alferes. Contudo, por razões de saúde teve de deixar a vida militar e passou a se dedicar à vida civil (Franco, 2010, p. 71). Para nossos propósitos, vale ressaltar a ligação de comprometimento político estabelecida e mantida pela família Cunha, desde muito cedo, com o Partido Liberal gaúcho (Blake, 1893, p. 137). O irmão, Félix da Cunha, nasceu em 1833

em Porto Alegre e faleceu aos 32 anos na mesma cidade. Realizou preparatórios no Colégio D. Pedro II e, em 1854, diplomou-se em Direito pela Academia de São Paulo. Ele foi um dos organizadores do Partido Liberal na província, em conjunto ao General Osório e a Gaspar Silveira Martins. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1856/57, 1858/59 e 1862/63, bem como deputado geral na legislatura de 1861/64 (Blake, 1893, pp. 336-337).

Na década de 1860, quando já afastado da vida militar, Francisco Cunha comprou *O Mercantil*, do qual tornou-se diretor e publicou ao lado de Félix da Cunha até a morte deste, em 1865. O início do envolvimento com a propaganda republicana ocorreu na folha (Mello, 2009, p. 16). Nesse mesmo ano, passou a desempenhar o cargo de inspetor geral das Colônias do Rio Grande do Sul. Situação que não se prolongou muito devido à eclosão da Guerra do Uruguai (1864-1865), a qual lhe levou ao reingresso nas fileiras militares. Logo em seguida, prestou serviço na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Terminado o maior conflito armado da história da América do Sul, mudou-se para Montevideu e, em seguida, voltou a Porto Alegre. Como é explorado pela historiografia de um modo geral, os condicionantes da década de 1870 revelaram-se extremamente fecundo para o empreendimento jornalístico em todo país. Conseguimos perceber os reflexos dessa situação no Rio Grande do Sul a partir da trajetória de Francisco Cunha.

Uma vez estando de volta à capital de sua província, ele se tornou redator d' *A Reforma*. Logo depois, passou a sê-lo no *Jornal do Comércio*. Na primeira folha mencionada publicou uma série de artigos intitulada *O Nosso Atraso*, em que começou a pugnar pela República. Entre os anos de 1870 e 1871, o republicano sul-riograndense produziu vários artigos que mais tarde, em 1878, foram publicados no Rio de Janeiro sob o título *As Minhas Crenças e Opiniões* (Da Silveira, 2008, p. 61).

Na qualidade de membro do Partido Liberal, Francisco Cunha escreveu para a Revista do *Parthenon Literário*, associação literária sediada em Porto Alegre entre 1869-1885, e estreitamente articulada com a política gaúcha. Na edição de número um de julho de 1872 foi publicada a série de artigos intitulada *A religião nas sociedades modernas*. Naquele momento, a revista dava ressonância a uma das vozes que faziam oposição ao ultramontanismo no Rio Grande do Sul. Na série de artigos, o autor aparecia como um defensor das liberdades laicas (Da Silveira, 2008, p. 61).

Enquanto homem de letras na imprensa, num primeiro momento, ele foi colaborador, depois, em novembro de 1872, tornou-se redator do Jornal *A República* do Rio de Janeiro. Além disso, foi o fundador do primeiro jornal dessa clivagem política em Porto Alegre. Trata-se de *A*

Democracia (1872-79)², autodeclarado órgão do Partido Republicano (Martins, 1978, p. 172). Esta folha circulou na capital por cinco meses em 1872 e de novembro de 1874 a maio de 1875.³

Enquanto correligionário e representante do programa dos republicanos da Corte imperial na província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco (Xavier da) Cunha prestou notáveis contribuições ao Jornal *A República*, lançado a 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro. De Porto Alegre, o responsável pela agência do órgão na imprensa gaúcha escreveu vários artigos para a principal coluna editorial do órgão republicano da imprensa carioca. Ele o fazia por intermédio do talento jornalístico dos ilustres redatores proprietários Salvador de Mendonça e Luiz Barboza da Silva, em edições de 1871 e 1872.

F. Cunha, tal como assinava no final de seus artigos publicados, em sua maioria, na principal coluna homônima d' *A República*, pode ser identificado como um dos porta-vozes da revolução no ambiente republicano daquela época. Na fase inicial de sua propaganda republicana, ele a defendeu como um meio através do qual o Partido Liberal, na qualidade de seu agente, retomaria o poder do qual foi expulso pelo Imperador, com a demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Goes em 1868.⁴ Esta se constituiu no evento responsável pela cisão liberal de fins da década de 1860, da qual resultou a formação do próprio Partido Republicano no decênio seguinte.

Até o ano de 1872, se destacou no pensamento do agente a exigência para que os liberais do Império retomassem o governo por meios violentos, como cumprimento da máxima – “Reforma ou Revolução” – com a qual concluíram o seu programa formulado e apresentado no *Manifesto do Centro Liberal*, divulgado em 31 de março de 1869 na imprensa carioca, através do *Jornal do Comércio*. Ele criticava constantemente os liberais por não reivindicarem o uso

² Para essa construção biográfica ativemos aos temas-tabus que se apresentam ao historiador que pretende lançar mão do gênero biográfico, tais como: a natureza epistemológica híbrida da biografia, seu teor imaginativo, seus fundamentos ideológicos, visão totalizante e a construção de uma trajetória coerente de vida. A fim de superar esses problemas foram consultadas e confrontadas informações das fontes biográficas citadas que tratam do perfil de Francisco Cunha.

³ Informação possível de ser averiguada no site da Hemeroteca Digital.

⁴ A demissão do gabinete Liberal de Zacarias esteve intrinsecamente atrelada à política imperial direcionada à Guerra do Paraguai (1865-1870). A nomeação do general Caxias, de posição conservadora, havia desagradado o meio liberal. Suas estratégias de condução da guerra foram maciçamente criticadas pelos liberais do período. Na escolha da lista tríplice de senador para a província do Rio Grande do Norte, o Imperador optara por Torres Homem, seu preferido, o qual nutria inimizades com Zacarias de Goês. Eis a oportunidade para este exonerar-se do cargo. A demissão de Zacarias promoveu reação na Câmara de maioria liberal. Em 16 de julho de 1868 ela foi dissolvida pelo imperador para, na eleição de maio de 1869, ser eleita uma nova câmara, de maioria conservadora, afinada com o novo Gabinete do Visconde de Itaboraí. Nesse processo, os liberais se dividiriam em duas alas, a moderada (Centro Liberal), e a radical. Esta última reuniu-se em torno do Clube Radical, do qual emergiu o clube republicano em 1870.

da revolução enquanto um direito já que as reformas que pregavam eram incompatíveis com a Monarquia e, por isso, inaplicáveis segundo a ótica das autoridades imperiais.⁵

Antes de analisar algumas edições de *A Republica*, através das quais ficam demonstrada, com minuciosidade, a exigência revolucionária que Francisco Cunha faz ao Partido Liberal, e também a sua defesa da revolução enquanto um direito, logo na etapa inicial da propaganda republicana, aponta-se uma observação intrigante indispensável à compreensão mais adequada da trajetória do agente. Observa-se em Francisco Cunha uma personalidade política com livre trânsito entre o circuito liberal e o circuito republicano da época. Ao mesmo tempo em que aparece como agente político declaradamente republicano, suas relações com o meio liberal são reveladas. Sua história foi marcada pelas consequências da Revolução Farroupilha e pelos incidentes a envolverem a política imperial orientada aos países do Rio da Prata.

O exame de obras de retratação biográfica exhibe evidentes pontos de ruptura na trajetória de Francisco Cunha no decorrer da década de 1870. Se nos anos iniciais daquela década encontramos nele um colaborador d' *A Republica*, representante da agência deste órgão na imprensa gaúcha e, logo em seguida, seu principal redator na cidade do Rio de Janeiro, o mesmo não se observa a partir da segunda metade do decênio. Não se afirmar isso tendo em vista o fim da circulação do jornal em fevereiro de 1874. A razão tem a ver com a trajetória política traçada pelo próprio agente no Rio Grande do Sul. Acontece que, surpreendentemente, Francisco Cunha veio a tornar-se deputado da Assembleia Provincial na legislatura de 1877/78 (Martins, 1978, p. 172) eleito pelo próprio Partido Liberal, a quem tanto criticara. Há estudo a afirmar que no decurso do mandato voltou a declarar-se republicano (Franco, 2010, p. 71).

Posto isso, atenhamos a seguir à proposta da via revolucionária apresentada pelo republicano Francisco Cunha nos primeiros anos da década de 1870, nos quais escreveu frequentemente para *A Republica* do Rio de Janeiro, na qualidade de colaborador e de representante de sua agência em Porto Alegre.

2. MUITO ALÉM DO MANIFESTO DE 70: O DIREITO À REVOLUÇÃO PARA IMPLANTAR A REPÚBLICA NO BRASIL, NA OPINIÃO DE FRANCISCO CUNHA

⁵ Entre as reformas exigidas pelos liberais no período, de um modo geral, estavam: a emancipação dos escravos; a relativa ao sistema eleitoral; a descentralização política administrativa; a reforma política envolvendo o fim da vitaliciedade do Senado, a responsabilidade ministerial, o fim das funções políticas do Conselho de Estado; a promoção da instrução privada e expansão da pública; independência do poder judiciário (De Araújo, José Tomás Nabuco et alli... *apud* Brasiliense, 1878, pp. pp. XXXI-LVI).

A partir do exemplo oferecido por Francisco Cunha sustenta-se que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1869 (De Araújo, José Tomás Nabuco et alli... apud Brasiliense, 1878, pp. pp. XXXI-LVI), não pôs um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Nem muito menos é considerado assim a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de dezembro de 1870 (Pessoa, 1973, pp. 39-62). Tomando o republicano gaúcho como modelo, conclui-se que a retórica da revolução extrapola os anos de 1870 e se perpetua, como uma possibilidade para além das estratégias traçadas e dos marcos cronológicos assinalados nesses documentos políticos.

Para demonstrar a argumentação apresentada foram selecionadas algumas edições d’ A *Republica* de outubro a novembro de 1871 e de janeiro de 1872. Nessas edições constam a intervenção de Francisco Cunha no debate gerado na imprensa pelas consequências da crise política enfrentada pelo Império na época.

Na edição 144 da folha republicana, a coluna *Imprensa americana* traz o artigo *As cousas por seu nome*. Nele, Francisco Cunha discute o fim da sessão legislativa do ano de 1871 através de uma análise do panorama político do Império até aquela ocasião. No balanço sobressai a situação dos três partidos em disputa pelo poder: o Partido Conservador, o Partido Liberal e o Partido Republicano. Para ele, o “partido bastardo” do qual era chefe o ministro José da Silva Paranhos não podia cair por meios legais. Era uma ilusão em sua opinião supor que naquela altura a eleição poderia apeá-los do poder (Cunha, 1871a, pp. 3-4).

O “partido bastardo” a que se refere Francisco Cunha era os sectários da Coroa, a própria Monarquia brasileira. Diz ele: “A monarquia está em luta contra os três partidos reais e organizados deste país”. Deixava claro para opinião que os conservadores não governavam: “Temos estes três fatos: oposição do partido conservador, oposição do partido liberal, oposição do partido republicano”. Do seu ponto de vista, o Partido Conservador estava mudo e extenuado. Para o Partido Republicano era impossível que a Coroa lhe desse o poder. Já o Partido Liberal “(...) é o mais forte e vigoroso deste país. Seu programa está publicado: “reforma ou revolução” (Cunha, 1871a, pp. 3-4). O programa deste em relação ao imperador é apresentado como sendo incompatíveis.

Francisco Cunha encerra frisando que não havia saída legal. A Coroa faria a próxima eleição para garantir uma maioria conservadora no parlamento: “A câmara futura será janizara” (Cunha, 1871a, pp. 3-4). Nessa circunstância, ele pergunta o que cumpriria aos partidos

fazerem. Como veremos, nos próximos artigos que foram publicados em *A Republica*, ele mesmo se encarregou de dar resposta à pergunta feita.

Pode-se afirmar que os redatores chefes d' *A Republica*, Luiz Barboza da Silva e Salvador de Mendonça, naquele momento, estavam de acordo com as proposições levantadas pelo correligionário gaúcho. Evidência a respeito encontramos na disposição em que o artigo de Francisco Cunha, intitulado *Os partidos ante o governo pessoal*, aparece na edição de 20 de outubro de 1871. O mesmo é precedido por *O Partido Liberal*, na coluna principal da folha republicana recém lançada na Corte.

Nesse artigo, a opinião do jornal questiona o comportamento do Partido Liberal. Até naquela data, ela afirma que o partido havia lavrado a ata da sua abdicação. A agremiação partidária recuava diante das exigências do tempo, adotando um comportamento dúbio: “Na imprensa o partido invoca a luz, no Clube [da Reforma] retrai-se à sombra dos expedientes já condenados. Na imprensa é ativo e ameaçador; no Clube é submisso e tímido” (*O Partido Liberal*, 1871, p. 3).⁶

Há uma explícita tentativa de denunciar o que entende por abatimento dos partidos monárquicos diante da “onipotência imperial”. A contradição que observa na postura do Partido Liberal aparece. Este se diz perseguido. Seus membros são expulsos das câmaras gerais, das províncias, das assembleias paroquiais. Se dizem “colocados neste dilema: abstenção ou resistência armada”, porém “O sistema do qual se diz vítima é o mesmo sistema com o qual tem governado até aqui”. A opinião da folha é enfática em sua argumentação: “Falta-lhes o direito [itálico nosso] de reclamar contra os abusos e contra as violências de que se dizem vítimas, porque tais abusos e violências são inerentes ao regime que querem sustentar” (*O Partido Liberal*, 1871, p. 3).

Os redatores parecem terem tomado as proposições levantadas por Francisco Cunha, em *Os partidos ante o governo pessoal*, para sustentarem opinião própria frente à situação política. Intencionalmente as linhas de pensamento convergem. Isso pode explicar a disposição sob a qual aparece o artigo do correligionário sul-riograndense na principal coluna da folha, na 163ª edição. No artigo ele reafirma a impossibilidade de quaisquer dos partidos em disputa vencer

⁶ O *Clube da Reforma* surge em 1868 como decorrência da crise política inaugurada com a queda do terceiro gabinete liberal de Zacarias de Góes. Sua finalidade era congregar sob uma mesma bandeira liberais e progressista. Inaugurada a 12 de maio de 1869, *A Reforma* tornou-se a voz da agremiação na imprensa durante os dez anos em que circulou, entre 1869 e 1879.

as eleições diante da vaidade do governo imperial, naquele instante encabeçado pelo Ministro Paranhos, o Visconde do Rio Branco.⁷

Comparando as figuras do Imperador e do ministro Paranhos às figuras de Guilherme I e do Chanceler Bismarck, respectivamente, o correliigionário afirma que “em falta de país rico a que fazer a guerra para tomar-lhe território e dinheiro, farão o contrário, nos endividarão”. Ele o faz numa clara alusão à Guerra Franco-prussiana, conflito armado entre Prússia e França que levou, por uma lado, ao completamento da unificação alemã, e, por outro, à queda de Napoleão III e ao estabelecimento da III República Francesa. Quanto ao protagonismo popular, ele não vacila: “Povo pobre e ignorante não faz revolução, arrasta o seu jugo mansamente. É o estado em que está e tende a ser agravado” (Cunha, 1871b, p.3).

Para ele, o Partido Conservador de José de Alencar não estava maduro para o governo. Quanto ao Partido Liberal, este não devia ter a ilusão de ser chamado ao poder, muito menos a de se impor através de eleições, sem antes uma retratação do seu programa de reformas. Mesmo querendo pleitear as eleições, ele não podia vencer, pois não venceria partido algum contra a vontade do governo. Era certo que seria repellido pelas urnas. A questão era saber o que lhe restava fazer. Segundo F. Cunha, para as possibilidades política da época “Há três alvitres a escolher. §Coalizão dos partidos ante a urna. §*Abstenção do voto e revolução* [itálico nosso]. §Fusão de todos os homens honestos e patriotas com o partido republicano federal” (Cunha, 1871b, p.3).

O primeiro indicativo de que aprofundaria na tese da revolução enquanto um direito está no artigo intitulado *Coalizão dos Partidos*. O republicano sul-rio-grandense volta a falar para o público da folha carioca sobre a situação das três agremiações políticas do Império. A ação combinada de cada qual com objetivo de pleitear as urnas é vista como ato regular e frequente da vida política. Todos apresentavam um único objetivo, alcançar o poder. As primeiras críticas ao regime a ter dispensado o ministro Zacarias Góes do poder aparecem: “(...) Constituição (...) não passa de uma manhosa outorga do despotismo. §Quem derruba ministros, quem muda situações? É o imperador. Umas vezes ostensivamente e de sobrelenho carregado, como quando despedira o senhor Zacarias” (Cunha, 1871c, p. 3).

⁷ No momento da fala de Francisco Cunha, as pessoas dos imperantes, a do senhor D. Pedro de Alcântara e a da senhora dona Tereza Cristina, não se encontravam no país. Ambos estavam em viagem pela Europa desde maio de 1871 e só retornariam ao Brasil em março do ano seguinte. Na ausência de suas majestades, quem assumiu o poder de maneira plena foi a Princesa consorte herdeira do trono, D. Isabel. Era a sua primeira regência das três que teria. Por seu turno, a chefia do governo ficou sob o comando do primeiro-ministro, o Visconde do Rio Branco.

Discorre sobre uma possível “coalisão” dos três partidos legítimos, uma “confederação” partidária frente à urna eleitoral. Uma liga entre o Partido Republicano e o Partido Liberal naquela ocasião seria possível e até natural: “Nada pois mais natural do que o apoio dos republicanos aos liberais”. Inicialmente, o tom do discurso denota um observador político em busca da neutralidade entre republicanos e liberais, talvez pelo vínculo que ainda possuía em relação aos últimos. Porém, a expressão é a de um agente republicano: “Nosso partido ainda está longe das honras, dos proveitos, das seduções do poder” (Cunha, 1871c, p. 3).

No transcurso das proposições levantadas, a opinião muda drasticamente. Ele pede o abandono da ideia de liga por conta de sua inutilidade: “Já se vê que a coligação dos partidos, quando possível não levaria ao resultado (...) o de subjugar, pelos meios pacíficos, o poder pessoal dos partidos”. Em seguida indica o que discutiria no próximo artigo a ser publicado: “Examinemos o segundo alvitre: abstenção e revolução” (Cunha, 1871c, p. 3).

Em *Abstenção e Revolução* Francisco Cunha sugere explicitamente ao Partido Liberal o uso da força para tomar o poder, a fim de satisfazer o anseio por mudanças no país. Num jogo de pergunta e resposta, é exposto o dilema diante do qual se colocava a si mesmo o partido desde o Manifesto do Centro de 69: “O que quer o partido liberal? §Quer reformas. §Qual é o meio de fazer reformas? É a posse do poder. §Como há de chegar ao poder? Pela vontade do imperador (ilegalmente) ou pela eleição (legalmente)” (Cunha, 1871d, p. 4).

No seu dizer, o imperador não colocaria ao lado de si um inimigo e que o partido não tinha como vencer eleição por conta da força desfrutada pelo “partido áulico”. Desse modo, responde à pergunta feita sobre não haver outro meio do seu antigo partido alcançar o poder:

Tem um único: a revolução [itálico nosso]. §Efetivamente. Quando este partido foi expulso do governo pelo imperador, formulou seu programa, e o substanciou neste imperioso dilema: - Reforma ou revolução [itálico nosso]. §A reforma não se pode fazer, porque o partido não tem possibilidade de chegar ao poder, e porque, desde a manifestação solene de suas ideias reformadoras, colocou-se em luta com a monarquia (Cunha, 1871d, p. 4).

F. Cunha sinaliza para o arrefecimento do ideal dos membros do partido e o subsequente esvaziamento de suas fileiras em benefício do alargamento das do Partido Republicano. As contínuas adesões, cheias de assinaturas, que este recebe na sede imperial, tornando-se “o jornal mais bem dirigido do Brasil”, com publicação diária e de circulação crescente, parece ser sintomático.

O político gaúcho chega a criticar qualquer saída legal apresentada pelo Partido Liberal; critica até mesmo possíveis disputas retóricas que seus membros vierem a travar no parlamento imperial: “É inútil. Aos brilhantes discursos dos liberais os áulicos o porão outros também muito brilhantes”. Sua conclusão é a de que os esforços do Partido Liberal na eleição serão inúteis e desperdício de forças. Não alcançará seu objetivo, o poder. Lhe convém a abstenção: “A abstenção significa acumular no coração do partido, enfeitar em um conjunto as indignações, os rancores, que excita toda opressão, que fomenta todo mal-estar social” (Cunha, 1871d, p. 4).

Em linhas mais adiante, F. Cunha sustenta que à abstenção do Partido Liberal nas eleições haveria de vir o dia da explosão das forças em longa continência. O uso da revolução para a tomada do poder usurpado é tido como um direito sagrado, do qual nenhum povo devia se furtar:

(...) o partido liberal necessita de toda a sua força de ação *para realizar o segundo termo de seu dilema – a revolução*. §Com efeito. Não julga o partido liberal que é chegado o momento de levantar a bandeira da resistência, guardada em seus arraiais, como a suprema salvação do país? §Para quando guarda *o uso desse sagrado direito* [itálicos nossos], de que nenhum povo pode abrir mão, sob pena de abraçar-se com a escravidão e com a morte? §O que espera ainda? (Cunha, 1871d, p. 4).

Ele indaga aos liberais se esperavam conciliação com o sr. D. Pedro II por meio de mútuas concessões e se queriam que a “revolução”, com que ornou seu programa, fosse entendida apenas como um “cuco”, um “fantasma”, para assustar o monarca. Para o leitor não fica difícil desvendar à qual tipo de revolução faz alusão Francisco Cunha, quando este a cobra como ação prometida pelo Partido Liberal no Manifesto do Centro de 69. Dentro do próprio discurso do republicano gaúcho, publicado em artigo nas páginas d’ *A Republica*, é possível detectar não apenas o seu entendimento do significado do conceito como também o modelo de revolução, se necessário fosse recorrer a ele.

Vejamos primeiramente. O republicano pergunta aos liberais se havia ou não chegado o tempo oportuno para que o partido deles promovesse a revolução, a segunda perna do seu dilema: “*Se já chegou a oportunidade, não há mais do que proclamá-la* abertamente pela imprensa e organizar os meios com energia” (Cunha, 1871d, p. 4, itálico nosso). Percebemos que Francisco Cunha na indagação aos liberais brasileiros faz indireta referência ao oportunismo, pensamento político desenvolvido pelos positivistas franceses da III República, que pregava a necessidade de aguardar o momento sociológico propício à intervenção política.

Quanto ao significado do conceito de revolução é aceitável afirmar que Francisco Cunha o pensa num sentido de ruptura, ruptura com a Monarquia de Pedro II. Isso é inteligível a partir do modo como ela é representada no universo do discurso: ela aparece como a maneira violenta de reivindicação dos direitos: “Dissipe-se do ânimo do povo o vão receio, que lhe inspira a reivindicação, mesmo violenta, de seus direitos” (Cunha, 1871d, p. 4).

Já quanto ao modelo de revolução, reivindica ao Partido Liberal que o promova. Um substantivo e um adjetivo são palavras-chave, quais sejam, “povo” e “violenta”. O republicano gaúcho reivindica do Partido Liberal que este, na impossibilidade de ascender ao poder através da conciliação ou promoção, execute a revolução que prometera no dilema de 69 – “Reforma ou Revolução!” – no momento oportuno, lançando para isso mão da mobilização popular. Mesmo a despeito de o próprio Francisco Cunha ter afirmado em “Os Partidos ante o governo pessoal” que “povo pobre e ignorante não faz revolução”. Percebe-se que o conceito de “revolução”, com o qual é desenvolvido o discurso, remete em pleno Oitocentos ao ideário da revolução popular liberal do século XVIII, de cujos exemplos são as francesas. Ela consistia no caminho para a liberdade: “Diga-lhe que não há outro caminho para chegar ao bem-estar e à liberdade” (Cunha, 1871d, p. 4).

Uma revolução do Partido Liberal, em sua ótica, levaria “Necessariamente a modificar as condições da Monarquia, ou com o mesmo sr. D. Pedro II, ou com a sra. Sua filha, d. Isabel”. Onde terminasse essa missão do Partido Liberal começaria “a do grande partido nacional – o republicano federal” (Cunha, 1871d, p. 4).

Nas edições de 04, 23 e 24 de novembro de 1871 temos a publicação do artigo *O Partido Republicano Federal*, em três partes, uma em cada edição. Francisco Cunha culpabiliza e responsabiliza a Monarquia constitucional representativa, vigente há cinquenta anos no país desde então, pelo insucesso da federação nessas terras. Para ele, a tendência nacional era para a República e para a federação (Cunha, 1871e, pp. 2-3). No artigo dos dias mencionados, o correligionário gaúcho melhor argumenta sobre a relação imbrincada entre o programa apresentado pelo Partido Liberal e a “questão do regime”. Sobressai nas proposições levadas ao público o alargamento da compreensão que ele detinha a respeito da via radical de mudança de regime para o país.

Curioso é observar como a França imperial de Napoleão III servia de parâmetro para os republicanos questionarem a centralização monárquica existente no Império do Brasil:

As nossas prerrogativas federais têm por apoio e por garantia um presidente, delegado e criatura do centro administrativo, um verdadeiro prefeito do Império *Sedânico*, quero dizer, do defunto império francês, e uma eleição tão submissa, tão crassamente estúpida e maleável, como o famoso sufrágio universal do mesmo infeliz artista, o herói de Wilhelmshöhe⁸. (Cunha, 1871f, p. 3).

Ao selecionarem o artigo de Francisco Cunha, os republicanos da Corte lançam mão da tópica dos efeitos deletérios da centralização monárquica para atacarem o governo de D. Pedro II, naquele momento regido pela Princesa Isabel, devido à viagem do pai à Europa. Monarquia e centralização para o correligionário gaúcho constituíam duas faces de uma mesma moeda: “A monarquia é centralizadora por índole, porque descentralizar é libertar, é dar largas ao desenvolvimento individual, e por consequência, ao desenvolvimento social”. A descentralização significava libertar o Brasil do poder monárquico, de sua influência: “Descentralizar é arrancar a esse poder os meios de estender a sua seção e a sua influência sobre todos os pontos do corpo social” (Cunha, 1871f, p. 3).

Por que lançar mão dessa discussão nutrida por F. Cunha em torno da tópica dos efeitos deletérios da centralização monárquica? Assim é feito pois é precisamente nesse ponto que o correligionário indica, naquela altura, o cerne da inadequação do programa defendido pelo Partido Liberal em relação à Monarquia da casa dos Braganças:

O partido liberal labora num erro grave, qual o de pretender descentralizar a monarquia brasileira. §O partido liberal exige do sr. Pedro II o mais doloroso e difícil sacrifício. Quer reduzir o monarca brasileiro, tão admirado, por sua alta sabedoria e variada luzes, ao papel do famoso eleitor do abade de Siéyès, que na frase enérgica de Napoleão era um – cerdo no engorde (Cunha, 1871f, p. 3).

O rei, tal como queria o Partido Liberal pelas reformas que projetava, consistiria num ente “nulo” e “ocioso”, relegado ao desprezo, o que comprometeria a Monarquia e propiciaria sua queda. A Monarquia, tal como é enquadrada pelo programa dos liberais, seria uma República: “O sistema monárquico, tal como o quer o partido liberal, é a república federal de fato; pois o chefe dos ministros, que governará por quatro anos com a câmara que o apoiar, é um presidente da república” (Cunha, 1871f, p. 3). A recapitulação das ideias contidas em artigos anteriores consiste no mais importante ponto a ser exposto na terceira parte de *O partido*

⁸ O *Schloss Wilhelmshöhe* (Palácio do Alto de Guilherme) é um palácio alemão, localizado num parque de montanha com o mesmo nome, o *Bergpark Wilhelmshöhe*, em Kassel, no Hesse. Local para o qual foi levado Napoleão III, após ter sido derrotado e capturado na Batalha de Sedan, pelas forças do chanceler alemão Otto von Bismarck. Desse modo, serviu de prisão para o segundo Imperador dos franceses entre setembro de 1870 e março de 1871, quando o mesmo seguiu para o exílio na Inglaterra, para Chileshurst, atualmente um distrito suburbano no sudeste de Londres. Não deixamos de notar o tom irônico empregado nessa metáfora.

republicano federal, publicado a 24 de novembro na principal coluna homônima d' *A República*.

Ao recapitular as proposições levantadas por si mesmo em artigos anteriores, Francisco Cunha volta a exigir do Partido Liberal que promova a revolução, como cumprimento da máxima com a qual encerrara o Manifesto do Centro. Em outros termos, uma vez incapaz de promover a reforma da ordem monárquica defendida, já que para isso não havia satisfeito o intento da tomada do poder, o Partido Liberal deveria recorrer à “outra perna do dilema”, a que prometera recorrer para o alcance da ação almejada. Em cinco pontos ele recapitula as ideias sustentada nas duas partes do mesmo artigo lançadas em edições anteriores:

- 1° Estamos em pleno regime do poder pessoal.
- 2° Esse poder está em luta com os três partidos legítimos desse país: o conservador, o liberal, o republicano.
- 3° Esse poder apoia-se em um quarto partido de sua emanção, o partido áulico ou absolutista.
- 4° Os três partidos, ainda mesmo unidos para a eleição, são impotentes para vencê-la, em razão das leis compreensivas do voto
- 5° *O único alvitre que resta a esses partidos para não anular inteiramente a sua ação, é abstenção do sufrágio e revolução* [itálico nosso] (Cunha, 1871g, pp. 2-3).

A cobrança para o uso do “direito sagrado” era dirigida especialmente aos liberais: “Quando falo em revolução, dirijo-me especialmente ao partido liberal, pois que inscreveu em sua bandeira esse extremo recurso”. Era chegada a hora de preparar a reação contra as “invasões do poder pessoal”, em sua opinião. A revolução deveria vir após a eleição. Ele chega a um ponto importante do raciocínio ao perguntar ao Partido Liberal se:

“chegado ao extremo da revolução, extremo que não pode evitar [itálico nosso], sob pena de anular-se, vai empreendê-la para substituir no trono um membro da família reinante, ou para mendigar ao estrangeiro, como a Espanha dos Prins⁹ e dos Serranos¹⁰, um rei que nos faça esmola de governar?” (Cunha, 1871g, pp. 2-3).

Com tal pergunta o correligionário entende que a causa do problema não estava no Imperador ou na Regente d. Isabel, visto que “Arrancariíamos o fruto venenoso, mas deixariíamos em pé a árvore funesta que o produziu, sob pena de envenenar-nos mais tarde” (Cunha, 1871g, pp. 2-3). Segundo ele, “O partido liberal ao conservar o trono depois de fazê-

⁹ Referência a Juan Prim y Prats (1814-1870), militar e político espanhol progressista muito influente na política espanhola de meados do Oitocentos.

¹⁰ Referência a Francisco Serrano y Domínguez (1810-1885), político espanhol que ocupou o cargo de presidente do governo de Espanha. Foi o último presidente da Primeira República Espanhola (1873-1874).

lo passar pelas forças caudinas¹¹ da revolução, mentiria à sua índole e tendências; faria o papel de um general pusilânime, que, depois da vitória, não a soubesse aproveitar” (Cunha, 1871g, pp. 2-3). Até aqui o leitor pode se perguntar até onde desejava chegar o correligionário com as proposições argumentativas levantadas? Deve-se salientar que as referidas nos levará mais uma vez ao alargamento da compreensão do que significava para Francisco Cunha a “revolução”, tanto exigida da sua antiga agremiação:

Se ele [o partido liberal] não tem outro caminho para o poder se não a revolução, a revolução não se fará para reproduzirmos os resultados dos 7 de abril. *§A revolução se fará para mudarmos a forma de governo* [itálico nosso], e acabarmos para sempre com essa pesada necessidade que a si tomam os povos regidos pela monarquia, qual de desinfetar periodicamente as regiões do governo (Cunha, 1871g, pp. 2-3).

Não faria a revolução sozinho o Partido Liberal. Antes, deveriam seus membros engrossar as fileiras do Partido Republicano para, então, poderem agir através de um ato patriótico:

“Adiantem-se até o campo da vanguarda, em que nós republicanos já tiroteamos o inimigo; engrossam as nossas fileiras, e debaixo de uma única bandeira, a da república federal, salvemos este país, *regeneremos a nossa pátria* [itálico nosso] e façamo-la grande, digna do respeito do nosso amor” (Cunha, 1871g, pp. 2-3).

Vejamos qual significado de revolução Francisco Cunha mobiliza na exigência que fazia ao Partido Liberal para que cumprisse sua promessa. Através do discurso por ele operado, podemos verificar que a revolução é um extremo, “um extremo que não se pode evitar”. Não deseja ele que esse extremo seja utilizado para apenas substituir um rei por outro como acontecera na história do Império, com o movimento de 7 de Abril de 1831. Desse modo, a revolução constitui-se num meio para “mudarmos a forma de governo”, ou seja, para substituir a Monarquia bragantina pela República federal. A revolução de acordo com ele assume o caráter de instrumento de mudança de governo para salvar o país, para “regenerar a nossa pátria” (Cunha, 1871g, pp. 2-3).

Em síntese, compreendemos que a revolução significa para Francisco Cunha o meio de mudança de governo com claro fins salvacionistas, de regeneração pátria. O agente da revolução caberia ao protagonismo dos membros do Partido Liberal, uma vez ingressos nas

¹¹ Referência à tribo dos samnitas, povo indo-europeu habitante da Península Itálica contra o qual os romanos combateram em 325 a.C. É Tito Lívio quem narra o conflito entre a República Romana e os samnitas em *Ab Urbi Condita Libri* (História de Roma desde sua Fundação). Pensamos que ao mencionar o primeiro e mais formidável adversário dos romanos, Francisco da Cunha estivesse querendo fazer alusão ao caráter implacável, irresistível de uma revolução.

fileiras do partido republicano federal. Nota-se que no íntimo o conceito de revolução operado por Francisco Cunha remete à noção adquirida a partir da transição do século XVIII para o XIX, qual seja, a de ruptura com determinada ordem política e social.

Acredita-se que a crença na opção de uma possível solução radical para resolver o impasse de natureza político-institucional no Império teve expressão no meio republicano muito além da opinião de Francisco Cunha. É possível constatar isso a partir do posicionamento político dos próprios redatores-chefes d' *A República*, Luiz Barboza Silva e Salvador de Mendonça, no início do ano de 1872. Na edição de primeiro de janeiro daquele ano, a principal coluna do jornal traz o seguinte artigo: *O dilema da realeza*. Com ele, o (-s) redator (-es) comemora (-m) o avanço da 'ideia democrática'. Fala-se das adesões e sobre a consideração de ter o partido republicano despertado o ânimo nacional.

O que é demonstrado através da publicação é o fato dos republicanos abrirem o primeiro dia do ano de 1872 com uma clara admoestação ao governo regido pela Regente Isabel: ou aceitam a propaganda republicana, ora tachada de "ideia democrática" ora de 'liberdade', ou então enfrentem a revolução. Nas palavras de quem redige: "A Monarquia está condenada no Brasil. Ou faz amanhã concessões à liberdade, e mal consegue procrastinar a queda, ou atira-se na via ominosa da reação ousada e precipita a revolução" (*O Dilema da realeza*, 1872, p. 3).

Parece que até naquele momento de existência da propaganda republicana no Império do Brasil é impossível deixar de constar que a revolução para os republicanos permanecia como uma alternativa possível a despeito de, contraditoriamente, terem optado pela reforma como meio de levar a República à sua implantação, como haviam firmado categoricamente no Manifesto Republicano de dezembro de 1870 (Pessoa, 1973, pp. 39-62).

Desse modo, identificamos substancial contradição no discurso republicano brasileiro. Ele assume tom reformista no Manifesto de dezembro, entretanto, ao longo do desenrolar da propaganda na imprensa, da sucessão de fatos nos quais se envolvem os republicanos redatores da folha e seus correligionários, passa a afirmar a possibilidade de revolução para pôr fim à Monarquia no país. Percebemos que a revolução almejada para trazer a República configura-se num movimento que necessariamente teria de envolver um levante popular, já que "a ideia oprimida e subjugada transporá em um só dia de *cólera popular* [itálico nosso] os diques da realeza", caso esta não aceitasse o caminho da convivência com a propaganda republicana. Eles advertem ao rei em viagem pela Europa quanto à aceitação da propagação da ideia republicana: "Recue ou persista: a democracia por-lhe-há no encalço a propaganda ou *a revolução* [itálico nosso]" (*O Dilema da realeza*, 1872, p. 3).

Para os propósitos apresentados, é útil informar que nas páginas d' *A República* Francisco Cunha voltaria a falar e a propor revolução como direito para que a mudança de regime ocorresse no Brasil. Nas edições dos dois primeiros meses de 1872, *A República* passa a publicar artigos que permitem constatar a dimensão de um debate que vinha sendo travado na imprensa do sul entre o correligionário gaúcho e um dos colunistas do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre. Trata-se de uma resposta dada pelo primeiro ao artigo escrito pelo colunista do *Jornal* na capital gaúcha, artigo esse datado de 31 de dezembro de 1871. O debate travado gira em torno da discussão sobre qual a melhor forma de governo, a republicana ou a monarquista.¹²

No debate a ocorrer em terras do sul, Francisco Cunha rebate as argumentações do *Jornal do Comercio* a respeito da caracterização feita do regime republicano. No seu contra-argumento, em que é visível a associação estabelecida entre a trajetória da França e a do Brasil, é possível perceber que a visão de história de Francisco Cunha interpreta as revoluções ocorridas na França como revoluções bem-sucedidas, fundantes do regime republicano. A Revolução Farroupilha é vista como a “nossa revolução” que não conseguiu fundar a República em terra pátria. Ele tenta desconstruir a visão anárquica que o *Jornal* edifica em torno da imagem da República. Implicitamente, ele justifica o emprego da violência revolucionária, tanto no caso francês quanto no caso brasileiro, como recurso necessário à opressão monárquica que se queria combater em ambos os casos:

Quanto às datas que me cita de 1791, 1847, 1871 datas das três revoluções francesas que tentaram e estabeleceram a república por fim, e quanto à nossa revolução que não conseguiu fundar a república, pergunto-lhe – *quid inde? [e então?]* §Pensa o jornal que os povos firmam seus direitos e conquistam a liberdade sem dar em sacrifício o melhor de seu sangue e de seu ouro ao vampiro sanguissedento da monarquia? (Cunha, 1872h, pp. 3-4).

Pensamos que o artigo publicado no dia 27 de janeiro daquele ano de 1872, n' *A República*, coroa a compreensão do debate na imprensa, que, naquele momento, o correligionário travava com os redatores monarquistas da agência gaúcha do *Jornal*. Ao mesmo tempo sintetiza e, exemplarmente, encerra a polêmica. Por isso concentremo-nos nele. Chama-se a atenção para o fato de que naquela 249ª edição do órgão republicano da imprensa carioca está mais uma vez evidenciado que o correligionário republicano sul-rio-grandense, Francisco Cunha, havia sido, até então, o porta-voz da revolução na principal coluna d' *A República*.

¹² A série de debates travados entre Francisco Cunha e os redatores do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre podem ser encontradas nas edições de 1872 d' *A República* nos dias: 14/01; 24/01; 25/01; 26/01; 27/01 28/01; 29/01.

Remetendo implicitamente à máxima “Reforma ou revolução”, contida no *Manifesto do Centro* (1869), reconfirma-se que faz parte da estratégia do republicano gaúcho cobrar dos liberais a revolução, já que não conseguiram assumir o governo do Império e emplacar as reformas necessárias ao país naquele momento.

Ao explicar em quais pontos de divergência destoa do “contendor” do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, é na análise dos episódios revolucionários da França republicana, e, em particular, da nossa história nacional, que Francisco Cunha busca argumentos para sustentar a implantação da república no Brasil por meios violentos, se a eles fosse necessário recorrer. De acordo com a extensa argumentação, o recurso da violência era necessário para alcançar a liberdade almejada em face da “prolongada (...) compressão do despotismo”, que era imposto ao país pelo regime monárquico.

“Liberdade de consciência”, “Liberdade de ensino” e “Descentralização”: eis os três pontos do programa do Partido Liberal que o correligionário diz está em concordância com o redator do *Jornal*. Onde estaria então a divergência? “*Está apenas nos meios* [itálico nosso]”, responde a si mesmo. Francisco Cunha sustenta que é impossível ao Imperador conforma-se com a redução de seus poderes: “O *Jornal* acredita, como os liberais, que é possível fazer retrogradar aquele formidável colosso de que falei acima, o nosso imperador [...] impondo-lhe *as reformas que são urgentíssimas* [itálico nosso] para que este povo não depereça de inanição”. Na sua visão, o rei não pretendia ceder e seus opositores não tinham outra via se não a extralegal para concretizar as liberdades necessárias ao país: “Se o imperador não cede, e tudo induz a crer que ele não cederá pelas nossas boas maneiras, não me dirá o *Jornal* como havemos de alcançar essas liberdades e franquias que o *Jornal* e eu queremos de mútuo e perfeito acordo” (Cunha, 1872i, p. 3).

Ele afirma que estava disposto a deixar a bandeira republicana se “*o partido liberal, subindo ao poder, reduzisse a monarquia a uma sinecura inofensiva* [itálico nosso]”. Na fala apresentada a seguir, é possível perceber que “o fim” se refere à implantação da República e “os meios” à tomada do poder pela força, através da revolução: “O meu dissentimento com o *jornal* está, portanto, em que *ele quer o fim, mas não quer os meios, e eu quero o fim e quero os meios* [itálico nosso]. O *Jornal*, pois, bem como os liberais, é republicano indireto, eu e os meus correligionários somos republicanos diretos” (Cunha, 1872i, p. 3).

O correligionário concorda com quem discute no fato de que as revoluções sobrepujam o alvo a que deveriam conter-se. Exemplo do argumento é buscado na história da França dos Bourbons, do Iluminismo e da Revolução:

A França do feudalismo, do direito divino e da corrupção borbônica estourou um dia com a sua formidável revolução. A Europa incubava uma grande transformação política, aquecida pela filosofia dos dois últimos séculos. Sob os velhos pergaminhos do despotismo, da nobreza e do clero germinara a liberdade e crescera, com tanto mais vigor quanto que desde que a sufocou César nos braços da Roma prostituição, ela apenas tivera rápidas e efêmeras inflorescências (Cunha, 1872i, p. 3).

Pode-se dizer que o correligionário não era um entusiasta às cegas da Revolução. Pelo contrário, na resposta em que rebate o seu contendor ele aponta criticamente os “erros” do processo tomado por referência. A revolução teria tido dois “erros capitais”: a falta de unidade no governo e o despotismo de muitos, exercido por um numeroso corpo deliberante.

O mal, no entanto, poderia ter sido reparado com a constituição de 1795 ou do ano III, devido aos grandes cidadãos [Pierre Claude François] Daunou e Boissy d’Anglas. Mas as forças da grande nação estavam dessangradas, o espírito público desalentado e descrente, e a constituição, aliás uma das melhores que tem tido a França, padecia ainda de um defeito capital, a falta de unidade no governo, que ao invés de ser confiado a um chefe, caiu nas mãos de um diretório de cinco membros (Cunha, 1872i, p. 3).¹³

Para compreender a visão de história de Francisco Cunha, não se deve perder de vista a interpretação simultânea das três revoluções francesas feitas por ele e apresentada ao crítico monarquista do *Jornal do Comércio*:

Dessa revolução [a de 1789] no entanto data o progresso do mundo europeu; quanto ao progresso americano a sua data é mais antiga. Os Estados Unidos completavam a sua admirável organização justamente no ano em que a França quebrava o trono do seu rei. §A revolução francesa de 1848 participou de um vício da sua predecessora, o poder legislativo confiado a uma só câmara, vício que infelizmente ainda achaca a república atual; mas que já se trata de remediar. §Um mal latente desde certo tempo na Europa derrubou a república de 1848 e não esteve longe de destruir a de 1871, esse mal que toma proporções enormes, é o que se denomina geralmente socialismo e modernamente, coletivismo (Cunha, 1872i, p. 3).

Assim como houve na história revoluções que sobrepujaram o ideal que pregavam, o correligionário também reconhece, na resposta em que dá ao defensor da Monarquia no *Jornal*, aquelas que ficaram aquém de seu ideal. Para isso, busca na história nacional, mais precisamente em 7 de abril de 1831, e na Revolução de 1830, na França, exemplos a demonstrar.

¹³ Tanto François Antoine de Boissy d’Anglas (1756-1826) quanto Pierre Claude François Danou (1761-1840) se posicionaram a favor do banimento de Luís XVI. Adeptos da postura moderada dos Girondinos, mas também próximos de Robespierre, se posicionaram contra a política do Terror revolucionário. Ambos foram os principais redatores da Comissão autorizada, pelo governo da Convenção, para dar à França nova Constituição, a Carta republicana de 22 de Agosto de 1795 (Ano III da Revolução) (BRASME, 2014, pp. 45-47; 132-134).

A manutenção do regime monárquico após a queda do primeiro imperador brasileiro era motivo para reivindicar, por meio da revolução, as liberdades que foram extorquidas:

Tal foi a nossa revolução de 7 de abril, que nos teria feito um grande serviço deixando ir com seu pai o *sagrado penhor* [referência ao imperador Pedro II] que nos deixou e que hoje nos coloca na dolorosa necessidade de *apelarmos para a revolução* [itálico nosso] se quisermos reconquistar as liberdades usurpadas. §Tal foi a revolução de 1830 em França que lhe deu, em vez de um governo estável e livre, um rei usurário e dissimulado, que foi mais tarde anojado do poder (Cunha, 1872i, p. 3).¹⁴

Encerrando a polêmica com o opositor na imprensa sulina, numa passagem que nos remete às concepções do determinismo geográfico, muito em voga no pensamento da época, F. Cunha sustenta que nosso clima, nossa índole, a extensão do país, o meio político cercado de Repúblicas vizinhas, sem aristocracia e clero tradicionais, “enfim tudo nos fala de liberdade e de grandeza” (Cunha, 1872i, p. 3).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mais do que demonstrar Francisco Cunha buscando nos repertórios da França revolucionária argumentos para sustentar a proposta radical para implantar a República no Brasil, em substituição aos quase cinquenta anos de regime monárquico bragantino, a pesquisa da qual decorreu o presente texto pôde ir além. Sobressai ao longo da análise o sentido moderno de história partilhado pelo correligionário d’ *A República*, em Porto Alegre: a República, mesmo que viesse através de uma revolução, conduziria o país à liberdade. Para chegar a essa constatação foi imprescindível um estudo em conjunto dos discursos presentes nos artigos publicados na folha.

Foi depreendido qual significado do conceito estava ele operando no debate contra um dos redatores do *Jornal do Comércio*. República certamente implicava na organização política-administrativa federal do Estado brasileiro, até então monárquico e unitário. “República” e “Federação”, ambas juntas, eram sinônimo de autonomia administrativa para as províncias e para os municípios, o que por sua vez significava “liberdade”. Ou seja, o que foi captado do pensamento de Francisco Cunha através do jornal, nas edições entre 1871 e 1872, pode ser resumido nas seguintes palavras: a República federal implantada no Brasil através de meios

¹⁴ Um outro exemplo desse tipo de revolução citado por Francisco Cunha é aquela ocorrida em 1868 na Espanha, a chamada *La Gloriosa*, que resultou no destronamento da rainha Isabel II.

violentos, se necessário fosse, já que os liberais não se tornaram governo e não emplacaram as reformas, traria a liberdade ao país.

Por meio da leitura do jornal *A República* até 1872, constata-se que havia um repertório comum, compartilhado pelos nossos republicanos, entre os quais o próprio Francisco Cunha. Um repertório que os inseria num universo mais amplo extra-fronteiriço, se assim pode ser dito, do pensamento republicano, fosse ele na Europa, fosse ele nas Américas. Percebe-se que a retórica dos republicanos do jornal, as tópicas apresentadas por ela, as desvantagens da monarquia, a sua belicosidade, o privilégio, a corrupção, a concentração de poder, se inseriam numa linha de pensamento compartilhada pelas correntes de movimentos republicanos que iam desde *A República* do Rio da Prata a Emilio Castellar na Espanha, chegando até Léon Gambetta na França.¹⁵ “Democracia” e “Liberdade” eram entendidos como termos sinônimos de “República”, especificamente no caso deste último político francês mencionado.¹⁶

Através dos atos de fala do correligionário, identificamos que a revolução é concebida num sentido de ruptura, ruptura com a Monarquia de D. Pedro II. Não se esperava que a revolução viesse apenas para substituir um rei por outro, como em 7 de abril de 1831. Isso é inteligível a partir do modo como ela é representada no universo do discurso: ela aparece como forma violenta de reivindicação dos direitos, dos direitos da nação. Quanto ao modelo de revolução, ele demanda que os membros do Partido Liberal, uma vez convertidos nas fileiras do republicanismo, o promova. Aliás, essa é uma exigência recorrente em seus discursos.

Na impossibilidade de ascender ao poder através da conciliação ou promoção, o seu antigo partido deveria executar a revolução que prometera em seu dilema de 69 – “Reforma ou Revolução!” – no momento oportuno, lançando para isso mão da mobilização popular. A despeito do ambiente conservador do Brasil do século XIX, “Violência” e “Povo” são dois termos que aparecem em momentos da fala do correligionário, nos remetendo ao imaginário da revolução popular liberal do século XVIII. Em seu pensar, a revolução é vista na ocasião como o caminho para a liberdade do Brasil. Seus propósitos atendem a fins claramente salvacionistas, de regeneração da pátria.

¹⁵ Sobre a relação do movimento brasileiro com o republicanismo do Prata (Montevideu e Buenos Aires), ver as edições d’ *A República*, dos dias cinco de fevereiro e dois de março de 1872. Sobre a relação com Emilio Castellar, ela aparece nas páginas de *A República* sob a forma de *A Internacional*, uma série de discursos realizados pelo político e orador espanhol nas sessões do Parlamento espanhol.

¹⁶ Para isso, ver a transcrição de uma notícia do periódico madrileno *La Discusión*, feita pela *A República*, na segunda página da edição do dia oito de fevereiro de 1872. A notícia traduzida informa sobre o discurso pronunciado pelo líder republicano Léon Gambetta em Toulon, durante um banquete para o qual foi convidado, ocorrido no Grande Hotel da cidade francesa naquela circunstância.

A presença inusitada de uma reivindicação revolucionária para promover a mudança de regime no Brasil vinda do meio republicano, ainda em pleno começo da década de 1870, particularmente da posição de Francisco Cunha, nos suscita uma constatação. No conjunto de argumentos apresentados pelo correligionário, aceitos e publicados na principal coluna homônima d' *A República*, pelos redatores chefes Luiz Barboza Silva e Salvador de Mendonça, aparece a contradição do discurso republicano brasileiro em relação à proposta reformista pacífica inicialmente defendida no texto fundador, o *Manifesto de 03 de dezembro*.

O cerne da contradição relaciona-se à indignação do meio republicano com a postura adotada pelos liberais em relação ao lema “Reforma ou Revolução”. É certo que o seguimento do partido reunido em torno do Centro Liberal não levou adiante o ato que se desprende como corolário prático da máxima. Em outras palavras: não conseguiu liderar a reforma do sistema e nem muito menos se rebelou contra a Monarquia bragantina. É fato que os liberais não conseguiam naquele momento conduzir o movimento das reformas, posto que haviam sido deslocados do governo. Pelo que parece também não se apresentavam dispostos a cumprir a promessa da revolução, atitude política moderada que aliás se encontra defendida no Manifesto Republicano. A proposta evolucionista, de transição pacífica da Monarquia para a República, está impressa no documento político¹⁷.

Desse modo, não passou despercebido o rasgo de contradição no desapontamento dos republicanos em relação à atitude do Partido Liberal. Ora, esperavam eles, os republicanos de 1870 que já haviam se definido pela moderação em seu manifesto, que os liberais a fizessem? Podiam eles, que já haviam se definido pela reforma em seu programa, cobrar dos liberais uma atitude sediciosa em relação ao governo da Monarquia, que não se reformava, naquele período, pela ação do Partido Liberal? Enfim, queriam os republicanos de fato a insurreição no plano da prática, apesar de a terem negado no plano do discurso?

Como o membro de um partido, publicamente decidido pela moderação política, pode cobrar de um dos partidos monárquicos a revolução que supostamente seu partido afirmara não querer fazer, inclusive a ponto de chamar liberais para engrossar as fileiras republicanas antes de se lançarem à ação? Afinal resta inquirir sobre qual é a verdadeira intenção dos republicanos

¹⁷ Nas palavras do *Manifesto de 3 de Dezembro*: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, *não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos* [itálico nosso]. Nosso intuito é esclarecê-la”. Mais adiante lê-se: “As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa (...)” (Pessoa, 1973, p.40). Analisando trabalhos que tratam do assunto, parece que essa via evolucionista se daria através da convocação de uma nova Assembleia Constituinte que permitiria a mudança de regime no país. Isso se daria após a morte de D. Pedro II.

por detrás da atitude contraditória. No documento político de 3 de dezembro teriam eles escondido as verdadeiras intenções? Quanto à revolução, estariam eles se aproveitando do ensejo dado pelos liberais em 69 para pregá-la? Se sim, qual motivação estaria os levando a não declararem abertamente seus propósitos?

Possíveis respostas para tais questionamentos podem ser encontrados na tese intitulada “O Discurso de Revolução na Construção da República no Brasil (1869-1889)”, defendida em julho de 2022, disponível ao grande público no Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora.¹⁸

FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS

CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871d. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. As Cousas por seu nome. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 144, 04 out. 1871a. Imprensa Americana.

CUNHA, Francisco Xavier da. Coalisão dos partidos. **A República**, Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 163, 25 out. 1871c. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. Devoção Monárquica. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 246, 24 jan. 1872h. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 173, 04 nov. 1871e. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 191, 23 nov. 1871f. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 192, 24 nov. 1871g. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. Os partidos ante o governo pessoal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871b. A República.

CUNHA, Francisco Xavier da. República e Monarquia: Ao “Jornal do Comércio” de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 249, 27 jan. 1872i. A República.

¹⁸ <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14479>

DE ARAÚJO, José Tomás Nabuco et alli... O Manifesto do Centro Liberal. In: BRASILIENSE, Américo. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

FÉLIX Xavier da Cunha. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. 2.

FRANCISCO Xavier da Cunha. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, v. 3.

O DILEMA da realeza. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 225, 01 jan. 1872. A República.

O PARTIDO Liberal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASME, Pierre. **Dictionnaire des révolutionnaires français**. Paris: CNRS Éditions, 2014, pp. 45-47; 132-134.

DA SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. **Dois pra lá. Dois pra cá**. O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação de Mestrado. 189f. IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Sérgio da Costa franco; Mario Rosano (org.). Porto Alegre: Suliani letras & Vida, 2010.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto alegre: ED. Da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**. 2009, vol.13, n. 26, p. 16

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.